

“Não é Proibido Fumar”: O Desafio na Abordagem Jornalística da Redução de Danos¹

Eduardo Sales COUTINHO²

Marília Moreira da SILVA³

Leonor Graciela NATANSOHN⁴

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia

RESUMO

O presente artigo relata a experiência vivida na execução da reportagem “Não é Proibido Fumar”, publicada na nona edição da Revista Fraude, produção anual de jornalismo cultural do Programa de Educação Tutorial em Comunicação da UFBA. A matéria tem como tema a Redução de Danos (RD), estratégia de saúde pública voltada a usuários de álcool e outras drogas, muitas vezes confundida como apologia por não objetivar necessariamente a abstinência. Ao valorizar a autonomia e o contexto sociocultural do indivíduo, a RD direciona suas ações para a diminuição dos riscos e danos oferecidos pela substância psicoativa.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo de revista; redução de danos; drogas; reportagem.

1 INTRODUÇÃO

A Redução de Danos é uma estratégia de saúde que tem a atenção voltada ao cuidado com usuários de álcool e outras drogas, tendo como objetivo a redução de riscos e danos causados pelas substâncias sem necessariamente diminuir ou extinguir o uso.

A abstinência não pode ser, então, o único objetivo a ser alcançado. Aliás, quando se trata de cuidar de vidas humanas, temos que, necessariamente, lidar com as singularidades, com as diferentes possibilidades e escolhas que são feitas. As práticas de saúde, em qualquer nível de ocorrência, devem levar em conta esta diversidade. Devem acolher, sem julgamento, o que em cada situação, com cada usuário, é possível, o que é necessário, o que está sendo demandado, o que pode ser ofertado, o que deve ser feito, sempre estimulando a sua participação e o seu engajamento. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003)

As primeiras ações de Redução de Danos surgiram na Inglaterra, quando um grupo de médicos passou a defender que a maneira mais adequada de tratar pacientes de heroína e morfina era administrando o uso dessas drogas, e não impondo a abstinência. Os médicos passaram a prescrever as próprias substâncias psicoativas com o objetivo de ajudar nas crises de abstinência dos usuários e sintetizaram as ações no Relatório Rolleston, publicado em 1926. Em 1984, na Holanda, o conceito da Redução de Danos aparece como forma de diminuir a transmissão de vírus da AIDS e da Hepatite B entre usuários de drogas injetáveis, que se contaminavam ao compartilhar seringas com outros usuários. Nesse

¹ Trabalho submetido ao XIX Prêmio Expocom 2012, na categoria Jornalismo, modalidade Produção em jornalismo informativo.

² Aluno líder do grupo e estudante do 5º semestre do curso de Jornalismo da UFBA, email: educoutinho9@gmail.com.

³ Estudante do 7º semestre do curso de Jornalismo da UFBA, email: malimoreiras@gmail.com.

⁴ Orientadora do trabalho. Professora da Faculdade de Comunicação da UFBA, email: graciela71@gmail.com.

momento, agentes de saúde passam a trocar as seringas usadas por seringas novas e a orientar os usuários a utilizarem apenas o próprio material (ONG VIVA RIO, 2001).

No Brasil, a Redução de Danos apareceu em 1989, como uma tentativa da prefeitura de Santos, em São Paulo, de combater a transmissão do vírus HIV através da distribuição de seringas descartáveis entre usuários de drogas injetáveis. No mesmo ano, a ação foi proibida por decisão judicial. Em 1995, em Salvador, o Centro de Estudos e Terapia de Abusos de Drogas (Cetad), centro de extensão da Universidade Federal da Bahia, fundou o primeiro Programa de Redução de Danos do país. O Cetad iniciou atividades de conscientização sobre o uso distribuição de seringas a usuários que moravam nas ruas do centro histórico de Salvador. Nos anos seguintes, passaram a surgir programas da Redução de Danos em diversos estados. Em 1998 foi sancionada no estado de São Paulo a primeira lei estadual que legalizou a troca de seringas e, nos anos de 2000, a Redução de Danos foi adotada pelo Ministério da Saúde do Brasil como estratégia de saúde pública.

Hoje a Redução de Danos é adotada por ONGs, programas de extensão universitária e órgãos públicos de saúde, como os Centros de Atenção Psicossocial. Na maior parte das estratégias, um grupo de pessoas vai às ruas para distribuir preservativos e, em alguns casos, cachimbos para utilização de crack, já que a grande diminuição no uso de drogas injetáveis fez com que a seringa deixasse de ser trocada. Além dos materiais, são dadas orientações sobre como utilizar a droga de modo menos nocivo. Apesar de a maior parte das ações de Redução de Danos estar direcionada a moradores de rua, existem experiências voltadas a outros públicos, como o frequentador de festas de música eletrônicas.

O que é comum a toda experiência de Redução de Danos é a valorização da autonomia do usuário de drogas e a não imposição da abstinência. Se o indivíduo opta pela utilização da substância psicoativa, a Redução de Danos procura torná-la menos nociva a sua saúde sem necessariamente influenciar em sua dosagem. Tal postura provoca uma série de críticas de setores da sociedade que consideram a prática como apologia às drogas.

2 OBJETIVO

A necessidade de se falar sobre outras formas de tratamento do uso e abuso de álcool e outras drogas, que não somente das que prezam pela abstinência e pelo princípio de tolerância zero, justifica e também constitui o objetivo central da reportagem “Não é

Proibido Fumar”, publicada na nona edição da **Revista Fraude**⁵. A Redução de Danos, enquanto estratégia de saúde pública, ainda disputa discursivamente com a moral hegemônica da abstinência. Desconhecida por muitos, a RD é comumente encarada de forma preconceituosa como uma apologia ao uso das drogas, uma vez que não preza o internamento do usuário, nem o priva do uso. Neste sentido, é objetivo desta matéria tratar o tema com seriedade e alertar para as especificidades dessa estratégia, que já é considerada política de saúde pública. Quem lida com esta política é uma equipe multidisciplinar que visa não só ajudar o dependente químico, mas também aqueles que com ele convive, através dos princípios básicos: gratuidade, anonimato e implicação do paciente em seu tratamento.

Ao fazermos a pesquisa e documentação do que já havia sido publicado sobre o tema em coberturas locais e nacionais percebermos que o tratamento jornalístico dado ao tema era refém das vozes especializadas - devido, em parte, ao princípio do anonimato. Por isso, outro objetivo da reportagem era fugir do tratamento médico dado ao tema ao acompanhar parte do tratamento de um usuário pela estratégia; este seria mantido no anonimato, já que é uma das premissas da estratégia e não era nossa intenção expor ninguém, nem transgredir valores éticos do jornalismo em prol de um suposto interesse público.

Na perspectiva que defendo, para se ler a realidade e assumir a produção cultural, é preciso estar no mundo, em trânsito, no corpo-a-corpo com o cotidiano da história. Refiro-me à experiência de contato que sacode às rotinas fechadas nos ambientes claustrofóbicos das salas de redação, dos gabinetes, da cadeira que mal faz a rotação completa em frente ao computador. (MEDINA, 2007, p.33)

3 JUSTIFICATIVA

Por ser uma matéria da **Revista Fraude**, a proposta de pauta está alinhada à mudança de projeto editorial realizada ano passado, que passou a priorizar temas mais densos, que justificassem uma apuração de quase três meses, mas que ainda estivessem relacionados ao local e à cultura jovem. Além disso, com a mudança editorial, foi dada ênfase à questão dos formatos e gêneros textuais que uma revista cultural poderia apresentar. Perfis, entrevistas, reportagens, narrativas fotográficas, ensaios foram algumas das apostas da nona edição da **Revista Fraude**.

⁵ A revista Fraude é uma publicação anual de jornalismo cultural que aborda temas ligados à cultura, arte e comportamento. A publicação, com tiragem de mil exemplares, procura abordar temas relativos à cidade de Salvador e ao contexto no qual se insere. A revista é uma produção do Programa de Educação Tutorial da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Petcom), sob o processo de orientação tutoriada.

Para tratar do tema da Redução de Danos em profundidade, consideramos mais apropriado utilizar o formato jornalístico por excelência: a reportagem. Como afirmam Sodré e Ferrari (1986), por não prescindir da atualidade e oferecer detalhamento e contextualização a um assunto predominantemente informativo, a reportagem difere da notícia, que possui um caráter mais imediato e está relacionado a um acontecimento.

Consideramos a notícia como uma construção, e não como um reflexo ou uma representação fiel da realidade. Conforme sugere Gomes (2006, p.5), as noções de imparcialidade e objetividade são encaradas aqui como modos pelos quais o jornalismo é socialmente aceito e regulado, e não como um objetivo a ser alcançado e comprovado através de construções e encadeamentos frasais. Neste sentido, desde a sugestão de pauta, optamos por um modo de abordar o assunto a partir de um determinado ponto de vista, a saber: explicar o que é a estratégia de Redução de Danos, política de saúde pública brasileira desde 2000, distanciando-se de um discurso refém das vozes especializadas e dando ênfase às histórias de vida dos usuários de drogas tratados pela estratégia.

Qualquer assunto ou tema demanda uma angulação, pois envolve um número significativo de “nuances” (desdobramentos). Portanto, a angulação vale para os dois estilos jornalísticos – revista e jornal. Já o ponto de vista é um propósito, não necessariamente explícito – de se chegar a algum lugar, de propor alguma coisa para o leitor. Como? Por meio da interpretação, dos desdobramentos dos fatos. Daí outra razão para elaborar ou fazer um roteiro do que será produzido. O ponto de vista é mais ou menos a moral da história. (BOAS, 1996, p.21)

Apesar de haver muita produção acadêmica sobre o assunto, no que se refere ao tratamento jornalístico a Redução de Danos está sempre associada à criminalização das drogas e/ou do usuário e ao número crescente de usuários de crack nas grandes cidades. O tema também aparece em matérias relacionadas à legalização e descriminalização das drogas, já que a estratégia de Redução de Danos não condena o uso e, muitas vezes, é confundida como apologia. Na maioria das situações, no entanto, o tratamento dispensado ao tema é superficial e secundário; não há explicação sobre quais os princípios da estratégia, não há relatos nem histórias de vida e sempre há uma excessiva recorrência às “vozes especializadas” ligadas à segurança pública e/ou à saúde.

4 DESCRIÇÃO DO PROCESSO OU PRODUTO

Como parte da produção da Revista Fraude, esse trabalho seguiu algumas das etapas comuns às outras matérias do produto. O tema da Redução de Danos entrou como sugestão de pauta na rodada de brainstorm e, depois que a pauta foi discutida e aceita pelo grupo,

iniciamos uma pesquisa através da leitura de artigos, cartilhas e de outras reportagens que já trataram sobre o assunto.

Por se tratar de um tema bastante complexo, optamos por ouvir um grande número de fontes e de procurar todos os locais que ofereciam serviços de Redução de Danos em Salvador, além de uma clínica de tratamento de usuários de drogas que seguisse o modelo tradicional, que tem como objetivo a abstinência. Além disso, consideramos indispensável o contato com os usuários de drogas e com as ações de Redução de Danos, principalmente junto a moradores de rua, que são a maior parte da população assistida por essa estratégia.

Na perspectiva que defendo, para se ler a realidade e assumir a produção cultural, é preciso estar no mundo, em trânsito, no corpo-a-corpo com o cotidiano da história. Refiro-me à experiência de contato que sacode às rotinas fechadas nos ambientes claustrofóbicos das salas de redação, dos gabinetes, da cadeira que mal faz a rotação completa em frente ao computador. (MEDINA, 2007, p.33)

Ao escolhermos as fontes, também tivemos a preocupação de ouvir profissionais de diferentes áreas do conhecimento, já que a Redução de Danos é trabalhada sempre por uma equipe multidisciplinar que lida com os mais diversos aspectos da vida do usuário. O fato de o assunto ser tratado quase sempre pelos veículos de comunicação como problema exclusivamente médico ou de segurança pública foi um fator importante para que ficássemos atentos a este reducionismo. Por isso, durante o processo de apuração, entrevistamos antropólogos, historiadores, psicólogos, assistentes sociais e médicos, além dos próprios usuários.

O primeiro local que visitamos foi uma clínica de reabilitação que seguia o modelo de tratamento focado na abstinência. Percebemos um discurso bem distinto daquele nos apresentado pelos primeiros entrevistados, ainda que não diretamente conflitante. Em seguida fomos ao Caps-AD III Gey Espinheira, que adota princípios da Redução de Danos para tratar crianças e jovens usuárias de drogas. Lá conhecemos as instalações, conversamos com os funcionários, mas fomos proibidos de manter contato com os usuários. Essa restrição também foi encontrada quando fomos ao Cetad, onde entrevistamos Antônio Nery Filho, um dos criadores do primeiro Programa de Redução de Danos no país. Não foi permitido pelo Cetad qualquer tipo de contato com usuários de drogas, tampouco o acompanhamento das atividades de Redução de Danos feitas em campo.

Tais restrições acabaram atrasando a finalização da primeira versão da matéria e fazendo com que entregássemos uma matéria para uma primeira leitura pelo corpo editorial

sem nenhuma história de vida ou relato de usuários. Como todos os textos da Revista Fraude, a matéria sobre Redução de Danos foi lida e corrigida por cada um dos integrantes do grupo, individualmente, e depois discutida em reunião. Bolsistas e tutora deram sugestões sobre como melhorar o texto e foram unâimes sobre a necessidade de termos relatos de experiências com a Redução de Danos para finalizar a matéria.

Fomos até o Caps-AD Pernambués e finalmente conseguimos conversar com usuários que de algum modo tinham contato com a Redução de Danos. Lá, o acompanhamento dos usuários é realizado individualmente e cada tratamento tem um direcionamento, que depende das escolhas e da história de vida do paciente. A maior parte das pessoas que frequentavam o centro tinha a abstinência como o ideal, ainda que a considerasse impossível de ser alcançada. Percebemos, no entanto, que essa era uma escolha individual e nada tinha a ver com a abordagem feita pelos profissionais do Caps.

Em duas das visitas que fizemos a este mesmo Caps participamos da Oficina de Redução de Danos, que acontece semanalmente. Ali eram discutidos fatos da atualidade que tivessem alguma relação com o uso de drogas. O espaço era aberto para que todos falassem o que pensassem e isso gerava uma série de debates sobre temas como a droga, o uso e a liberdade. O que mais chamou a atenção foi a grande procura pela oficina, que fez com que faltassem cadeiras para todos os interessados.

As idas ao Caps Pernambués nos deram uma proximidade maior com o tema, mas ainda faltava a experiência de acompanhar uma ação de Redução de Danos na rua, onde toda a estratégia teve origem. A maioria do público da Redução de Danos é moradora de rua e era o diálogo entre o redutor de danos e essas pessoas que queríamos documentar.

Quando procuramos a Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti, descobrimos que seria possível acompanhar as ações de Redução de Danos feitas em rua, caso fôssemos autorizados pelo coordenador da Aliança, o Prof. Dr. Tarcísio Andrade. Por dificuldades na agenda, algumas semanas se passaram até que conseguíssemos nos reunir com ele e ter a autorização para participar das atividades em campo. Foi permitido que acompanhássemos as atividades durante dois dias.

Acompanhar as ações de Redução de Danos na rua nos deu uma outra dimensão do que a estratégia representa. Antes de qualquer coisa, significa uma mudança no olhar sobre o usuário. Os redutores de danos, já conhecidos por grande parte da população que moras nas ruas do centro da cidade, eram recebidos pela grande maioria dos usuários com carinho. Nas ações, além de distribuir preservativos, os redutores costumavam conversar sobre as

vidas dos usuários e sobre o uso da droga. Quando o morador de rua se declarava usuário de alguma substância, os redutores conversavam sobre de que forma vinha sendo feito aquele consumo e davam dicas para que o uso fosse mais saudável. O contato físico entre os redutores e os usuários – e, nos dois dias, entre nós também – foi uma das coisas que mais nos chamou a atenção. A proximidade das pessoas ali não estava somente nas conversas, mas nos corpos, entre um aperto de mão e um abraço.

Os relatos sobre a experiência em rua, ainda que extremamente importantes para a matéria, não puderam ser extensos, pois quando conseguimos acompanhar as ações em campo o texto já estava finalizado e aguardava apenas ser diagramado. Conseguimos relatar de forma breve o que aconteceu nos momentos em que acompanhamos o trabalho dos redutores de danos, mas não da forma que a reportagem exigia desde a formulação da pauta.

Logo em seguida a experiência de campo, enviamos o texto da matéria para a ilustradora e narramos o que havia acontecido nas ações de rua. Depois de produzidas as ilustrações, elas foram passadas ao diagramador, que finalizou a reportagem.

5 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Na apuração da matéria, utilizamos três métodos de forma mais sistemática: pesquisa, entrevistas e vivência em campo. Como afirma Medina (1986, p.5),

a entrevista pode ser apenas uma eficaz técnica para obter respostas pré-pautadas por um questionário. Mas certamente não será um braço da comunicação humana, se encarada como simples técnica. Esta – fria nas relações entrevistado-entrevistador – não atinge os limites possíveis da inter-relação, ou, em outras palavras, do diálogo. Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo.

Nas entrevistas com os especialistas, sempre tínhamos um questionário com perguntas que pudessem ampliar ao máximo nossas informações sobre o assunto e pudessem contribuir para o diálogo citado por Medina. Nas conversas, sempre buscamos entender o modo como as palavras eram usadas pelos entrevistados: autonomia, troca, liberdade, escolha. Essas eram algumas das palavras que sempre se repetiam na fala da maioria dos entrevistados. Tivemos o cuidado de, durante a apuração, nos aproximar desse discurso, mas sempre atentando para o uso ético das palavras, afinal toda a estratégia é fundada em um modo de pensar o usuário, a droga e o tratamento instaurado, em primeira instância, através do discurso. Nosso intuito foi explicar as definições dadas pelos especialistas sem ficar refém do modo de falar científico.

Desde o início, a porção imagética da reportagem foi uma das nossas preocupações, por se tratar de uma matéria longa e estar em uma revista cultural. Mesmo a **Revista Fraude**

tendo uma editora de fotografia, sempre sugerimos, enquanto repórteres, soluções fotográficas para a reportagem, de acordo com o que íamos ouvindo, vendo e vivenciando em campo. No entanto, esta não foi uma tarefa fácil. Primeiro porque não tivemos acesso fácil aos personagens, àqueles que eram usuários de drogas e se tratavam com a estratégia. Também não pretendíamos fazer algo como o jornal diário e tirar retratos dos especialistas entrevistados. Quando, finalmente, conseguimos nos aproximar de alguns usuários - depois de fazer ofícios, conversar e assinar termos -, não nos foi permitido fotografá-los. “A imagem, no âmbito do jornalismo, é concebida como um recurso de mediação visual que, em articulação com o texto verbal, busca gerar conhecimentos e esclarecimentos sobre a realidade” (SANTOS; 2007, p. 1). Por isso, a dificuldade em obtê-las através do registro factual⁶, nos fez pensar em outra solução imagética que pudesse dar conta do que falávamos no texto. Pensamos, então, nas fotos-ilustrações.

Ao contrário dos demais tipos fotojornalísticos, a ilustração fotográfica [ou foto-ilustração] não é captada diretamente do mundo factual e não se desenvolve a partir de uma preocupação em reinstaurar uma dimensão factual ou em servir à finalidade testemunhal de proporcionar uma experiência perceptiva similar àquela que se teria num contato direto com a realidade. Ainda assim, apesar de não corresponder a uma situação de remissão precisa do factual, a foto-ilustração busca representá-lo a partir de determinado conceito; forjando um momento decisivo no qual a realidade possa ser a partir dele delineada. (SANTOS, 2007, p.2)

A execução das fotos-ilustrações seria feita com a utilização de atores que realizassem gestos e movimentos corporais que remetessem, direta ou indiretamente, à relação entre redutor de danos e usuário. Depois de algumas discussões, a opção foi descartada por considerarmos distante do conceito da matéria.

Procuramos então o Prof. Dr. Rodrigo Rossoni, que nos indicou soluções fotográficas para realizar a produção das fotos no próprio campo, tais como: imagens distantes, que não identificassem o usuário, mas que revelassem o cuidado; fotos que valorizassem o toque e o riso, além do próprio espaço em que as ações aconteciam - praças, ruas, lixão.

Por não termos conseguido autorização para ir a campo com uma câmera fotográfica, tivemos de encontrar mais uma nova saída, semanas antes do envio para a gráfica da revista: ilustrações. Entramos em contato com alguns ilustradores, falando sobre o curto prazo que tínhamos, sobre a dificuldade em fazer algo que soasse integrado a todo o

⁶ Segundo Santos (2007, p.2) “o fotojornalismo exerce uma função bastante específica: ele permite ao leitor ver, através das imagens, situações e circunstâncias que efetivamente tomaram lugar na dimensão factual – funcionando como uma espécie de experiência de mundo emprestada. Pode-se dizer, pois, que a fotografia se configura enquanto um correlato visual da notícia, isto é, servindo para apresentar ou descrever visualmente os acontecimentos aos quais se refere”.

processo de produção da matéria e a especificidade das ilustrações, que deveriam ser em preto e branco.

As ilustrações de Luana Vellame foram criadas a partir da leitura da matéria - que já estava escrita quando a contactamos -, e das experiências e situações que relatamos a ela. Todos os desenhos prezaram pelos mesmos cuidados e precauções tomados anteriormente com as possíveis fotos e fotos-ilustrações.

6 CONSIDERAÇÕES

Produzir a reportagem “Não é Proibido Fumar” foi um grande desafio em diversos aspectos. Escrever sobre a Redução de Danos sem dar uma abordagem reducionista ao assunto apenas foi possível depois do contato com profissionais e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e depois da experiência de convívio, ainda que por pouco tempo, com usuários do Caps-Ad e moradores de rua também usuários. Essas experiências não teriam sido possíveis se não tivéssemos um tempo longo para a elaboração da matéria. Como a **Revista Fraude** tem periodicidade anual, tivemos cerca de dois meses para a realização dos encontros e redação do texto. Outro fator muito importante para que a reportagem fosse concretizada foi acreditarmos no projeto a ponto de dedicarmos os nossos esforços à transposição das barreiras que se apresentaram durante o processo, fossem elas relacionadas à burocracia, aos pré-conceitos ou ao medo.

Uma das características que queríamos evitar na nossa reportagem era que ela fosse refém das vozes especializadas e para isso buscamos a experiência em campo e o contato com os usuários alcançados pela Redução de Danos. No entanto, o tom especialista ainda foi o que predominou no texto, e isso se deve em grande medida pelo fato de apenas havermos tido essa vivência próximo ao fechamento da matéria, quando era impossível reescrevê-la por completo sem comprometer o andamento das demais etapas de produção da **Revista Fraude**.

Outro ponto em que não alcançamos a nossa expectativa foi no aspecto imagético da reportagem. Aprendemos que, em jornalismo de revista, a imagem é tão importante quanto a informação. A impossibilidade de registrar, mesmo que sem identificar os personagens, as ações de Redução de Danos em campo fez com que fosse feita a opção pela ilustração. Temos consciência de que as ilustrações realizadas não dão conta da complexidade da Redução de Danos.

Mais que qualquer aprendizado técnico sobre o fazer jornalístico, produzir esta reportagem permitiu grande enriquecimento pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAS, Sérgio Vilas. **O estilo magazine**: o texto em revista. São Paulo: Summus, 1996.
_____. Perfis: e como escrevê-los. São Paulo: Summus, 2003.

BRASIL. Coordenação Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde. A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Brasília, 2003. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf > Acesso em: 1 de abril de 2012.

CARNEIRO, H. **A fabricação do vício**. Anais do XIII Encontro Regional de História-Anpuh-MG, LPH-Revista de História, Departamento de História/ICHS/UFOP, Mariana, MG, nº 12, 2002.

GOMES, Itania M. M. . Telejornalismo de Qualidade. Pressupostos teórico-metodológicos para análise. **E-Compós** (Brasília), v. 6, p. 1-22, 2006.

MACRAE, E.. A prevenção da Aids entre usuários de drogas injetáveis. In; PAIVA, V. (Org.). Em Tempos de Aids. São Paulo ♦ SP: Summus Editorial, 1992. pp. 177-186.

MEDINA, Cremilda Celeste de Araújo . **Leitura Crítica**. In: Felipe Lindoso. (Org.). Rumos [do] Jornalismo Cultural. São Paulo-SP: Summus: Itaú Cultural, 2007, v. 1, p. 32-35.

ONG VIVA RIO. Diminuir para somar: cartilha de Redução de Danos para agentes comunitários de saúde. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: < <http://dl.dropbox.com/u/64663568/library/Diminuir-para-somar.pdf> > Acesso em: 1 de abril de 2012.

TRAD. S. Controle do uso de drogas e prevenção no Brasil: revisitando sua trajetória para entender os desafios atuais. In: Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas. EDUFBA, 2009.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2004 (Coleção Comunicação)

SANTOS, Ana Carolina Lima. A ilustração **fotográfica como recurso retórico**: um olhar sobre a fotografia no jornalismo de revista. In: Culturas Midiáticas - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, jul/dez, 2009, Ano II, n. 02.

SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena. **Técnica de redação. O Texto nos Meios de Informação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.